

EDITAL Nº 01/2024

Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Pará

O Ministério Público do Estado do Pará, por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF/MPPA), torna pública a chamada de artigos científicos a serem publicados na **Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Pará – RJMPPA**, periódico de acesso aberto que tem por objetivo publicar textos científicos que versem sobre matérias jurídicas inerentes aos interesses tutelados pelo Ministério Público e/ou às funções institucionais a ele atribuídas pela Constituição da República e por leis infraconstitucionais, sendo incentivada a pluralidade de abordagens e perspectivas.

Prazo limite para submissão de artigos: 30 de junho de 2024

Regras para submissão:

- 1) O trabalho deve abordar temática compatível com a linha editorial da Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Pará.
- 2) O trabalho deve estar em formato Microsoft Word, ter entre 15 e 30 páginas sem espaçamentos entre os parágrafos, incluindo as referências. Deve, ainda, seguir os seguintes padrões: folha A4, orientação retrato; espaçamento 1,5 cm entrelinhas e alinhamento justificado; parágrafos iniciados a 1,25 cm da margem esquerda; margens superior e esquerda de 3 cm, inferior e direita de 2 cm. Deve ser utilizada a fonte *Times New Roman*, tamanho 12, estilo normal, exceto o título e as seções devem estar grafados em negrito. As citações diretas devem estar entre aspas duplas, sem a utilização de itálico, no corpo do parágrafo a que se referem; se ultrapassarem 3 (três) linhas, devem iniciar na margem do parágrafo seguinte, com recuo de 4 cm da margem esquerda, fonte *Times New Roman*, tamanho 10, espaçamento simples e sem aspas. Nessa hipótese, deve-se deixar uma linha em branco, antes e depois da citação.
- 3) As Referências deverão seguir o padrão da norma NBR 6023/2018 (da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT). As referências bibliográficas completas deverão constar apenas da lista de Referências, ao final do texto. Em notas de rodapé não deve ser incluída a referência completa, podendo-se utilizar o modelo autor/data/página. Esse mesmo modelo deverá ser utilizado no corpo do texto, quando há citações de trechos de obras,

devendo a informação vir entre parênteses. Exemplos: XXXXXX, 2021, p. 102, em notas de rodapé; e (XXXXXX, 2021, p. 102) no corpo do texto.

4) As referências legislativas ou jurisprudenciais devem conter todos os dados necessários para sua adequada identificação e localização. Em citações de sites de internet deve-se indicar o *link*, introduzido pela expressão “Disponível em:” e a data de acesso, precedida da expressão “Acesso em:”. As datas devem seguir o padrão de abreviação universal ABNT. Exemplo: 15 set. 2023; 12 out. 2023 etc.

5) O texto deve ser precedido de título, resumo (de 100 a 250 palavras) e palavras-chave (de 3 a 5), todos em língua portuguesa e em inglês, além do sumário (em língua portuguesa).

6) O trabalho deve ser dividido em tópicos e apresentar itens específicos para introdução, considerações finais (ou conclusões) e referências.

7) Os trabalhos deverão ser apresentados sem nenhum tipo de identificação de autoria, de forma a garantir o anonimato necessário à avaliação pelo sistema *double-blind peer review* (revisão por pares duplo cega).

8) O trabalho deve ter, no máximo, três autores. Os autores e coautores deverão possuir Currículo Lattes cadastrado e atualizado, que deverá ser inserido na plataforma, em “perfil do usuário”, na guia “público”, campo “URL”.

9) Se houver financiamento, os dados do respectivo edital devem estar indicados em nota de rodapé. Se houver apresentação de resultados de pesquisa empírica inédita envolvendo seres humanos, deverá ser indicado em nota de rodapé a aprovação por comitê de ética.

10) O trabalho deve ser inédito e não estar sendo avaliado para publicação por outra revista.

11) O trabalho deve utilizar referências atualizadas e de autores nacionais e estrangeiros representativos na temática abordada.

12) Os trabalhos deverão ser submetidos exclusivamente pela plataforma OJS (Open Journal System) da Revista Jurídica do MPPA por meio do link: <https://revistajuridica.mppa.mp.br/index.php/revista>

13) A submissão do trabalho para avaliação implica a cessão dos direitos autorais para o Ministério Público do Estado do Pará, sem que haja qualquer remuneração para o(a) autor(a); as informações pessoais disponibilizadas pelos autores serão utilizadas exclusivamente para a publicação do trabalho submetido, não sendo disponibilizadas para outras finalidades ou a terceiros..

Após a submissão, os artigos passarão por uma avaliação preliminar pelo Diretor do Conselho Editorial e, em caso de deferimento, por um processo de avaliação por pares duplo-cego (*double blind review*), o qual levará em consideração a linha editorial da revista e o atendimento às regras para submissão. As fases do processo de avaliação estão estabelecidas no **Regulamento nº 01/2022-MP/CEAF/CD**.

Belém, 22 de fevereiro de 2024.

JOSÉ EDVALDO PEREIRA SALES

Diretor-Geral do CEAF/MPPA